



ANÁLISE DA PERCEÇÃO DO AGENTE PÚBLICO SOBRE O COMPORTAMENTO ÉTICO DAS EMPRESAS QUE PARTICIPAM DE LICITAÇÕES PÚBLICAS E AS PRÁTICAS INSTITUCIONAIS

ANALYSIS OF THE PERCEPTION OF THE PUBLIC AGENT ON THE ETHICAL BEHAVIOR OF COMPANIES PARTICIPATING IN PUBLIC BIDDING AND INSTITUTIONAL PRACTICES

Roberto Rivelino Martins Ribeiro, Universidade Estadual de Maringá, Brasil, rivamga@hotmail.com

João Victor Bulcão, Universidade Estadual de Maringá, Brasil, victorbulcao@outlook.com.br

José Santo Dal Bem Pires, Universidade Estadual de Maringá, Brasil, jsdbpires@uem.br

Kerla Mattiello, Universidade Estadual de Maringá, Brasil, m_kerla@yahoo.com.br

Marguit Neumann, Universidade Estadual de Maringá, Brasil, marguitn26@gmail.com

Resumo

Esta pesquisa tem como objetivo verificar e analisar a percepção do agente público do município de Cianorte sobre o comportamento ético das empresas que participam de licitações públicas, e as práticas institucionais existentes no município. A revisão teórica deu-se com análise dos fundamentos éticos primordiais, seguida por uma investigação sobre a ética contemporânea como princípio ou ciência, seu emprego e desempenho nos âmbitos público e privado. Metodologicamente a pesquisa é do tipo descritivo e exploratório, de natureza aplicada com abordagem qualitativa; fez-se uso do levantamento como procedimento técnico e o campo como ambiente; no tange ao método de análise de dados, o utilizado foi a da análise do conteúdo e apresentação mediante estatística descritiva. A pesquisa tem como objeto os agentes da prefeitura do município de Cianorte, onde os dados foram coletados com um questionário próprio. Os resultados atingidos foram de um forte entendimento de ética exposto pelos respondentes, porém averiguou-se a inexistência de um programa de ética na prefeitura, que se caracterize como um padrão de guia moral pelo qual se deveriam pautar as relações com empresas licitantes e no âmbito institucional.

Palavras-chave: Comportamento Ético; Práticas Institucionais; Agente Público; Licitações.

Abstract

This research aims to verify and analyze the perception of the public agent of the municipality of Cianorte on the ethical behavior of companies that participate in public tenders, and the existing institutional practices in the municipality. The theoretical revision was based on an analysis of the primordial ethical foundations, followed by an investigation of contemporary ethics as a principle or science, its employment and performance in the public and private spheres. Methodologically the research is descriptive and exploratory, of an applied nature with a qualitative approach; use was made of the survey as a technical procedure and the field as an environment; in relation to the method of data analysis, the one used was the content analysis and presentation through descriptive statistics. The research has as object the agents of the prefecture of the municipality of Cianorte, where the data were collected with a questionnaire of its own. The results obtained were a strong understanding of ethics exposed by the respondents, but it was verified the inexistence of a program of ethics in the city hall, which is characterized as a standard of moral guide by which the relations with bidding companies should be guided and in the scope institution.

Keywords: Ethical Behavior; Institutional Practices; Public Agent; Biddings.



1 INTRODUÇÃO

A ética tem sua origem na palavra grega *Ethos* sendo traduzida como hábito ou costume, fundada pela corrente de pensamento grega de Sócrates e Platão, a qual se entende como os valores inseridos nas condutas humanas, pela norma ou parâmetro do caráter individual de uma pessoa em relação com o público ou com o interesse geral. Desde o início da convivência social promovida pelo homem, se discute quais costumes e princípios são definidos para o alcance do bem comum com isonomia, sendo isto a ética, toda atitude ou conduta humana que envolve os outros seres sociais.

Na idade contemporânea surgiu um forte egoísmo na ética, chamado de ética individualista, que é a adoção de uma independência que rompe com as relações sociais e visa somente os direitos individuais, trazendo um desgaste para o relacionamento coletivo. Por outro lado, se estabelece a ética de responsabilidade, que é o viver em sociedade de modo ideal e universal, oferecendo vistas aos direitos de liberdade, vida e igualdade de todos, conduta esperada do indivíduo para com a sociedade, que busca o aperfeiçoamento da convivência social, o único modo de sobrevivência por sermos seres dependentes.

No que tange ao aperfeiçoamento do viver em sociedade e seus aspectos éticos, encontra-se no centro desta discussão, a administração pública, responsável e representante da totalidade da sociedade que tem como objetivo a satisfação do interesse comum linearmente com a ideia de ética. É de essencialidade que a ética esteja em conformidade com os ditames legais, isto é, a norma jurídica seja ética ao ponto de estabelecer equidade para todos, sendo este um dos principais pontos iniciais do aperfeiçoamento da convivência social.

No Brasil, a Constituição da República em seu artigo 37 estabelece que “A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência” fazendo uma breve análise deste artigo encontram-se os parâmetros éticos dos quais a administração pública deve adotar no que tange a impessoalidade e a publicidade, pela ordem, visam a igualdade de atendimento e de aquisição de informação. O atual quadro geral do poder público mostra que a adoção de modelos éticos, mesmo que estejam inseridos na constituição, não vem sendo respeitado pelos agentes governamentais, fato que prejudica toda a isonomia estatal e acarreta em prejuízo para pessoas e entidades.

No ambiente empresarial o que se espera é um espelho do que acontece no Estado, com as entidades fazendo sua parte em relação as suas responsabilidades, princípios e condutas dos quais devem ser traçados por modelos éticos, respeitando o direito à vida, igualdade, transparência, concorrência, entre outros. É comum a ética constar nos valores das empresas, fator importante que pode moldar o modo como cada colaborador age em sua função internamente e externamente, inclusive nas relações público-privado.



O que se percebe nas empresas em geral, que mesmo institucionalizando o conceito e a concepção de ética, seja na forma de programas de ética, *compliance*, ou outros similares, não é o que realmente acontece na prática, considerando a ideia de ética individual e ética responsável, o que acontece é que, tanto no âmbito indivíduo empresa quanto no indivíduo-colaborador, as atitudes são na maioria de suas vezes tomadas com base na ética individualista visando o benefício próprio sem visão do anseio comum, fato que prejudica as relações entre pessoas e entidades. É preciso não só estabelecer ética responsável como um princípio empresarial, mas também aplicá-la nas atividades da empresa e reger-se com base em seus fundamentos a fim de alcançar o interesse geral conciliados com os interesses individuais. Nesse sentido verificou-se uma oportunidade de pesquisa averiguar como se dá a relação entre as empresas privadas que participam de processos de licitação em termos de postura ética frente aos agentes públicos que trabalham no setor, conhecer os termos desta relação e a existência de parâmetros institucionais que promovam a prática da ética.

Diante do exposto estabeleceu-se como objetivo para este artigo verificar a percepção do agente público sobre o comportamento ético das empresas que participam de licitações públicas e as práticas institucionais. Admite-se que tal estudo possa vir a contribuir sobre como ocorre à interação das empresas privadas que participam de processos de licitações com a administração pública no que se refere à atitude ética, comportamento, postura e legalidade de seus atos. Adicionalmente, vislumbra-se que se possa averiguar como o agente público lida com tal questão na medida em que possa ser assediado a influenciar, facilitar, favorecer ou tomar alguma decisão sobre procedimentos que possam contrariar as normas que regem o processo de licitação pública. No que se refere ao objeto de estudo elegeu-se os funcionários do setor de licitação do município de Cianorte para fins desta investigação.

A estrutura do artigo se dá em cinco seções sendo que na primeira se tem a introdução que apresenta o contexto, a situação problema, o objeto, o objetivo, a justificativa e estruturação. Para a segunda seção se apresenta a revisão de literatura que estabelece a base literária sobre o tema. Com relação à seção de número três se demonstra os métodos, classificações, forma de coleta e análise dos dados. No tocante a seção quatro se demonstra os dados e as análises realizadas para fins de cumprimento do objetivo estabelecido. Por fim, a última seção evidencia os achados da pesquisa e as conclusões a que se chegou, bem como as sugestões feitas acerca do objeto de estudo.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 ORIGEM E CONCEITOS DE ÉTICA

A partir do momento em que o indivíduo começa a conviver com outros surge a relação social que fornece espaço para o aparecimento da sociedade, que é a “integração verificada entre duas ou mais pessoas, que somam esforços para que determinado objetivo seja alcançado” como afirma Lisboa (1996, p.16). Nasce então a necessidade de se estabelecer uma conduta ou caráter social, a ética, que segundo Antunes (2012, p.11) “A palavra ética possui sua origem no grego *ethos*, que quer dizer costume, maneira habitual de agir ou



índole”, que advém dos primeiros filósofos gregos que desenvolverem estas ideias como Sócrates, Platão e Aristóteles nos séculos III e IV a.C.

Na Grécia, com a metafísica, estudo por meio da observação, Aristóteles foi um dos filósofos que teve destaque ao pensar o conceito de ética, trazendo em seus princípios a ideia de que todos são diferentes, mas com um objetivo comum racional, que é a felicidade, e com o anseio de alcançá-la o homem precisa trabalhar com a virtude do caráter ou meio termo como diz Sá (2005, p.18) “É uma verdade aceita pelo grande pensador que bem caracteriza o aspecto ético, sob o prisma de uma realidade aceita como modelo de conduta racional”, isto é, lidar sem vícios com suas paixões, a ponto de que não haja nem excessos nem falta, a fim de obter decisões e propósitos justos para o bem comum.

A partir de então a ética tem sido campo de estudo e prática em todas as sociedades civilizadas, nas sociedades tradicionais se embasava na religião para moldar o viver social, Sung e Silva (2002, p.36) dizem que “A religião era a base de legitimação da ordem estática estabelecida as novas gerações [...]” sendo assim, os pensamentos éticos refletiam as doutrinas existentes, onde o bem é somente alcançado com o divino, já nas sociedades modernas a ética teve diversas ramificações, uma delas, “A moral do altruísmo alcançou um de seus pontos mais altos com Comte, pai do positivismo que tanta influência teve no Brasil” Sá (2005, p.49) com o estabelecimento da ordem e do progresso com base na ciência.

Por sermos seres pensantes, possuímos a capacidade de percepção das coisas, e não é diferente no campo ético, na consciência ética “[...] descobrimos a diferença entre o ser e o dever-ser e a vontade de construir um futuro diferente e melhor do que o presente”, como afirma Sung e Silva (2002, p.22). Nesse sentido, o bem só pode ser alcançado e concretizado com a utilização da ética ilibada, isto é, o anseio comum como apregoa Sá (2005, p.70) ao dizer que “O fato é que existe, dentro de cada um, consoante a sua capacidade, um fluxo de julgamentos e de intuições para o que admitimos como verdade” trazendo a ideia de que além da ética externalizada, temos nossos julgamentos internos que precisam, para o bem comum, estarem alinhados com a ética responsável.

O entendimento mais preciso sobre como se conceituar ética encontra-se em visões com ramificações no consenso social e na ciência, como assevera Antunes (2012, p.10) ao destacar que “Podemos entender ética em seu uso popular como princípios de conduta que orientam a ação de uma pessoa ou grupo” isto no senso comum, na visão da maioria, o termo ética pode compreender ainda um sentido científico “Em seu sentido de maior amplitude, a Ética tem sido entendida como a ciência da conduta humana perante o ser e seus semelhantes”, afirma Sá (2005, p.15), onde o escopo do estudo desta ciência são as atitudes advindas do homem.

2.2 A ÉTICA NO SETOR PÚBLICO

Um dos principais deveres do Estado é primar pelo cumprimento da lei e da ética, no Brasil, em âmbito federal, um dos códigos de conduta ética é estabelecido no meio público pelo decreto 1.171/94 que determina em seu inciso I a “dignidade, o decoro, o zelo, a eficácia



e a consciência” do servidor público, o estabelecimento de uma norma ética é passo fundamental para seu cumprimento “Um código de ética pode ser entendido como uma relação das práticas de comportamento que se espera sejam observadas [...]” destaca Lisboa (1996, p.58), logo, seu estabelecimento é primordial, porém não único necessário para alcance da ética. Com a finalidade de zelar pelo patrimônio público e pelo cidadão, a Constituição Federal (1988) estabelece ainda que “A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência” trazendo então aspectos de delimitação da ação do ente público, a fim de estabelecer mínimos parâmetros éticos.

Porém não é somente pelo estabelecimento de normas e regras que se viabilizam as ações éticas, “O dilema clássico que monopoliza o imaginário social diz respeito à escolha entre o bem e mal” afirma Srour (2011, p.110) e, este dilema, está nas mãos do servidor público, para definir e escolher o que é bom ou ruim para o conjunto social, surge então a ideia do dever que segundo Sá (2005, p.93) “A orientação para o cumprimento do dever ética é tarefa educacional permanente [...]” e deve estar inserido no caráter do indivíduo ocupando o serviço público. “A responsabilidade social é uma exigência básica para a atitude e para o comportamento ético [...]” apregoa Matos (2008, p.80), então, a conduta no ambiente público deve ser conduzida essencialmente pela responsabilidade, por se tratar sempre do anseio e da vontade pública, pelo excesso de responsabilidades é que se respalda a necessidade de burocracias.

O Brasil possui uma cultura fortemente burocrática no ambiente público, devido ao “[...] o excesso de racionalização do Estado, atribuindo um poder cada vez maior à burocracia” evidencia Sung e Silva (2002, p.75), o que leva a tramites e processos prolongados que fornece espaço a falta de conduta ética. Para Matos (2008, p.57) “A burocracia, pela complexidade processualística e pelo emperramento decisório é terreno fértil para o comércio de facilidades, golpes e transgressões de todo tipo” como a prática de corrupção, que é um dilema ético no qual tange diretamente na responsabilidade dos agentes públicos.

A administração pública possui diversos alicerces, entre eles estão os agentes, funcionários e empregados públicos, aquele que porta cargo público segundo o Art. 3 da lei 8.112/90 “Cargo público é o conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional que devem ser cometidas a um servidor”, portanto a ética da administração pública depende de um conjunto de pessoas, que portam sua ética pessoal porém precisam se moldar e desenvolver-se para uma ética mais ampla por exercer um poder público.

Zelar pelo patrimônio e pelo bem público não é só dever das autoridades públicas e sim da sociedade em sua totalidade, de acordo com Sá (2005, p.122) “Poucas cidades de maior dimensão possuem, na atualidade, o espírito comunitário” que visa resguardar os anseios sociais, sustentado pelo inciso LXXIII do artigo 5º da Constituição Federal “qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe [...]”, então é necessária uma solidariedade



para com o ambiente público, “Ser solidário significa se colocar no lugar do outro [...]” averigua Sung e Silva (2002, p.114), e isto precisa partir tanto dos agentes e funcionários público quanto do cidadão.

2.3 A ÉTICA NO SETOR PRIVADO

Deslocando-se do mérito da ética do indivíduo e avançando para a ética das entidades, e mais especificamente das empresas, Matos (2008, p.120) descrevem que “Todo empreendimento, qualquer iniciativa fundamentada na ética, tem seu êxito condicionado à estratégia e à competência, que se definem em um Modelo de Gestão”, portanto quando a empresa leva em consideração a utilização de meios éticos, o caos e a falta de liderança inexistem nas atividades empresariais ainda segundo. Complementa Moreira (2002, p.28) que a ética empresarial é o tratamento utilizado pela empresa e aceito pela sociedade, logo, validado para tal posição.

Na busca do lucro “[...] o empresário utiliza os três fatores técnicos de produção – a natureza, o capital e o trabalho [...]”, destaca Moreira (2002, p.27), o que se torna necessário então é que partam dos empresários, atitudes éticas para lidar com seus fatores de produção, isto é “[...] uma disciplina que se dedica a estudar as normas morais [...]”, afirma Antunes (2012, p.42). Em tal entendimento, a empresa deve sintetizar estas normas em valores adotados pelo proprietário abrangendo toda a organização empresarial, na prática Srour (2011, p.108) diz que a maioria do empresariado se utiliza da moral da parcialidade, isto é, cada um por si, o emprego da lealdade com o aliado e da malícia com os distantes, em face de uma verdadeira selva nos negócios.

A ética é institucionalizada na maioria das grandes empresas, onde se busca “Explicitar os padrões de comportamento esperados, consoantes a cultura corporativa” Matos (2008, p.122) com o fim de definir e padronizar a cultura ética tanto internamente quanto externamente, delineando o modelo a ser seguido pelos funcionários. Uma das maneiras de se institucionalizar a ética é estabelecendo um código de ética empresarial, segundo Lisboa (1996, p.59) “Um código de ética deve indicar um novo padrão de conduta interpessoal na vida profissional de cada trabalhador que esteja exercendo qualquer cargo na organização” parametrizando então o modo de conduta de todos relacionados à empresa.

O proprietário é o principal alicerce da empresa privada, e por isto um dos principais indivíduos a se focar quando se refere à ética empresarial, deixando até a impressão de que a entidade é o proprietário, Matos (2008, p.14) afirma que “Muitos são os empresários que praticam o discurso radical: “o objetivo de nossa empresa é lucrar”” Independentemente dos meios utilizados para isto, forma de utilização da entidade de modo inadequado do ponto de vista ético, “Para que uma sociedade possa viver a Era da Ética, ela precisará atingir as condições morais, econômicas e jurídicas [...]” de acordo com Moreira (2002, p.241) não tendo mais a liberdade para tudo e portanto sem sanções da sociedade.

O lucro pode ser o motor dos negócios, mas é possível lucrar eticamente, de acordo com Matos (2008, p.14) “O lucro, em sentido maior, referenda o projeto coletivo vitorioso,



compartilhando, mutuamente usufruído como bem comum”, portanto o lucro não é somente o dinheiro obtido nas operações, mas um leque de benefícios para a sociedade, “Quando a acumulação de riqueza passa a ser o objetivo maior de um grupo social, a lógica econômica passa a ser o centro da vida e o principal critério de discernimento para as questões morais” Sung e Silva (2002, p.56-57) o lucro não pode assumir tal papel, pois municiona agentes para atitudes antiéticas.

É de hábito que o funcionário privado seja na maioria de suas vezes um espelho do empresário, porém moldado pelo sistema ético adotado pela empresa, o qual precisa seguir, pode ser somado ainda “[...] nos serviços realizados com amor, visando ao benefício de terceiros, dentro do vasto raio de ação, com consciência do bem comum” Sá (2005, p.118) que a ética do empregado exista com excelência, porém “[...] quando o espírito da defesa do interesse próprio é o mais forte numa empresa, é impossível criar o espírito de equipe [...]” Sung e Silva (2002, p.66) e mesmo com códigos de ética empresariais existe o individualismo.

De acordo com Arruda, Whitaker e Ramos (2003, p.64) “Cada organização estabelece um sistema de valores, explícito ou não, para que haja uma homogeneidade na forma de conduzir questões específicas e relativas a seus *stakeholders*” este é o Código de Conduta estabelecido pelas empresas para agir eticamente, os envolvidos, em sua maioria funcionários é imposto seguir o código de conduta, portanto Sá (2005, p.125) afirma que “Cria-se a necessidade de uma mentalidade ética e de uma educação pertinente que conduza à vontade de agir, de acordo com o estabelecido” para que o código de conduta ética seja totalmente cumprido e respeitado.

São necessários formas para gerenciar a ética na empresa, Matos (2008, p.122) assegura que “A viabilização do comportamento ético depende fortemente da instituição de meios adequados” e tendo isto em vista pode-se estabelecer na empresa um departamento de ética, através de um Programa de *Compliance*, ou seja, a forma institucional que estabelece o cumprimento da ética tanto internamente quanto externamente no ambiente empresarial por seus agentes, é preciso que alguém acompanhe todas as áreas da empresa com a intenção de averiguar as ações e suas relações com o código de conduta, “O líder ético faz que seus seguidores o sigam com liberdade e bom senso, e não por medo” reconhecem Arruda, Whitaker e Ramos (2003, p.76), este líder é de estima importância para uma boa prática de *Compliance*.

É de extrema importância que a forma como a empresa é dirigida, a Governança Corporativa seja ética para que os axiomas anteriores, o Código de Conduta e o *Compliance* alcancem o objetivo de sua existência, primeiro estabelece-se a ideia de que “Numa empresa ética todos devem ter o direito de falar, de expor suas ideias, de defender seus princípios [...]” segundo Passos (2008, p.93) e não somente o alto escalão participante da direção, o mais importante é que segundo Antunes (2012, p.110) “Os gestores devem aprender a lidar com conflitos éticos vivenciados por seus subordinados” para que saibam resolver conflitos de interesses conscientemente.



A responsabilidade é fundamento ético, a empresa privada possui suas responsabilidades para com a sociedade, desde o âmbito de sua atuação até a voluntariedade em diversas áreas, “A imagem institucional é um bem que significa para a empresa a aceitação pública de sua atuação e propostas” de acordo com Matos (2008, p.80), que fornece base para o reconhecimento da empresa não somente como o instrumento econômico para geração de lucro e emprego, mas também como um agente social.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A tipologia adotada para esta pesquisa a categoriza como descritiva, no que se refere aos objetivos, sendo aquela na qual o pesquisador investiga fatos e os descreve, a fim de proporcionar novas opiniões sobre o objeto pesquisado, para Silva e Menezes (2001, p.21) a pesquisa descritiva é a descrição da natureza do objeto estudado, com métodos e técnicas de levantamento de informações apenas descrito sem muito aprofundamento no estudo; também é tem caráter exploratório, encontrando respostas e conceitos na literatura, e de acordo com Gil (2008, p.27) “As pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores”, logo, oportunas e adequadas para esta pesquisa.

Quanto a natureza esta pesquisa é aplicada, logo, analisa os fatos da realidade que ocorrem no mundo e os investiga, para Vergara “A pesquisa aplicada é fundamentalmente motivada pela necessidade de ver problemas concretos; mais imediatos, ou não” (VERGARA, 1998, p.45), portanto o mundo empírico é fonte e finalidade da pesquisa, sendo ele a fonte de dados, coletas e tudo que é necessário para tomar conhecimento, e depois finalidade porque a ele tudo volta desenvolvido cientificamente. Esta pesquisa é abordada de forma qualitativa, ou seja, “considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números” (SILVA; MENEZES, 2001, p.20) nem todos dados podem ser levados a quantificação, fazendo com que seja necessário o método qualitativo.

O procedimento técnico para o encontro de informações utilizado na pesquisa é o de levantamento através de entrevistas, interrogação e coleta de dados da amostra de uma população definida, “A pesquisa-levantamento utiliza técnicas estatísticas e análise quantitativa e permite a generalização dos resultados obtidos para o total da população, permitindo o cálculo da margem de erro” Silva (2003, p.62) sendo simples e sucinto, onde se alcança resultados com métodos quantitativos colhidos durante o levantamento. O ambiente desta pesquisa é de campo, acontece no mundo empírico das realidades já existentes, segundo Prodanov e Freitas (2013, p.59) “Pesquisa de campo é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema para o qual procuramos uma resposta, ou de uma hipótese, que queiramos comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre ela” constituída pela observação da prática das coisas, para então haver uma análise profunda dos fatos e uma compreensão por parte do pesquisador.



O instrumento de coleta de dados utilizado nesta pesquisa foi o questionário estruturado, que de acordo com Marconi e Lakatos (2003, p.201) “Questionário é um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador” com o fim de um melhor aproveitamento e com um maior número de respostas, “Construir um questionário consiste basicamente em traduzir objetivos da pesquisa em questões específicas” Gil (2008, p.121) deixando de modo sucinto o objetivo a ser alcançado, “A linguagem utilizada no questionário deve ser simples e direta, para que o respondente compreenda com clareza o que está sendo perguntado” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p.109) e o resultado obtido seja claro e livre de dúvidas. A apresentação dos dados da pesquisa faz uso da estatística descritiva para fins de organização e ilustração dos resultados obtidos com a pesquisa.

O método de análise de dados utilizados nesta pesquisa provém da análise de conteúdo, estudo dos questionários aplicados e respondidos, de acordo com Marconi e Lakatos (2003, p. 167) “Uma vez manipulados os dados e obtidos os resultados, o passo seguinte é a análise e interpretação dos mesmos, constituindo-se ambas no núcleo central da pesquisa” que caminha para as considerações finais e conclusões, a análise de conteúdo “É uma técnica de análise de comunicações, tanto associada aos significados, quanto aos significantes da mensagem. Utiliza tanto procedimentos sistemáticos e ditos objetivos de descrição dos conteúdos, quanto inferências, deduções lógicas” Vergara (1998, p.14) para obter um resultado.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

4.1 APRESENTAÇÃO DO OBJETO

O objeto selecionado para a aplicação desta pesquisa foi o setor de licitações da prefeitura do município de Cianorte, estado do Paraná, o qual é composto por nove agentes públicos, todos concursados. Foram enviados questionários aos nove funcionários, dentre as quais foram respondidos sete questionários, portanto o resultado detém por base uma amostra que representa 77,78% da população. Ao esmiuçar esta amostra, percebe-se que 29% possuem de 18 a 29 anos, 43% possui de 30 a 40 anos e 29% possuem de 41 a 50 anos, e que dentre os respondentes 29% são do sexo masculino e 71% do sexo feminino. No tocante a cargo de atuação na área contábil, 14% responderam serem bacharéis em ciências contábeis, 29% optaram por não responder e 57% manifestaram outras atuações que variam de assistente até o bacharelado em outra área. Em relação à atuação no órgão, 100% são oriundos do setor de Licitação, exprimindo uma experiência na área de 2 a 5 anos 57%, de 6 a 10 anos 14% e de 11 a 15 anos 29%.

4.2 PERCEPÇÃO DE ÉTICA

Buscou-se o entendimento dos respondentes em relação a ética geral, que ao inquirir sobre a percepção empírica dos agentes públicos sobre o conceito geral de ética, obteve-se respostas que se evidencia na tabela 1, na qual os respondentes poderiam assinar todas as alternativas que se julgasse correta.



| O QUE SE ENTENDE POR ÉTICA: | Qtde | % |
|-------------------------------------------------------------------|-------------|----------|
| Educação Moral | 1 | 6 |
| Conjunto de princípios e valores | 7 | 44 |
| Consciência perante a sociedade | 2 | 12,5 |
| Diretrizes que orientam o indivíduo perante sua postura e conduta | 4 | 25 |
| O que é legal | 0 | 0 |
| Base da construção pessoal | 2 | 12,5 |

Tabela 1 – Percepção de ética geral

Quando questionados de seu entendimento por ética no sentido amplo, os respondentes integralmente atribuíram o conceito de ética a um conjunto de princípios e valores, seguido pela ideia de diretrizes que orientam o indivíduo perante sua postura e conduta, alguns a definindo como base de construção pessoal, consciência perante a sociedade e educação moral, deixando todos de lado a opinião de que ético seria o que é legal. Quando indagados sobre quais fatores levam os respondentes a agir eticamente, 100% disseram agir eticamente por princípios morais, não exprimindo opiniões de agir eticamente por medo de possíveis sanções, dogmas religiosos ou convenções sociais.

Questionados sobre que fatores influência sobre a percepção e formação ética de cada um, encontrou-se as respostas que se apresenta na tabela 2.

| O QUE INFLUENCIA NA ATUAÇÃO ÉTICA: | N | % |
|-------------------------------------------|----------|----------|
| Família | 2 | 22 |
| Chefia | 0 | 0 |
| Religião | 1 | 11 |
| Princípios e valores pessoais | 6 | 67 |
| Outros | 0 | 0 |

Tabela 2 – Fatores de influência na atuação ética

Como se observa na tabela 2 a grande influência na atuação ética são os princípios e valores pessoais com 67% das respostas, respaldando a questão anterior onde se dizia que se age eticamente por princípios morais, seguido pela ideia de influência familiar e religiosa. Verifica-se então que a maioria atribui o agir ético a si próprio enquanto elemento de maior influência em seus dilemas diários que envolvem a ética.

4.3 ÉTICA PROFISSIONAL

Quando abordados sobre os aspectos que visam conhecer aspectos da ética profissional no âmbito do trabalho, questionou-se sobre a existência de regras institucionais que dão respaldo ao exercício da função, logo, se buscou o entendimento dos respondentes sobre questões de códigos de ética internos, conduta dos funcionários e processos de licitações.

Quando questionados da existência de documento que estabeleça as diretrizes de regramento ético e disciplinar para orientar a conduta dos agentes públicos na forma de código de ética, código de conduta ou manual do funcionário, 71% disse sim existir um



código de ética interno, enquanto 29% não possuíam conhecimento de tal fato. Porém, quando questionados sobre a existência de outros documentos que determinam a forma de conduta ética, a tabela 3, que sintetiza as respostas, evidencia não é do conhecimento da amostra pesquisada a existência destes.

| DOCUMENTOS INTERNOS EXISTENTES: | N | % |
|-----------------------------------------------------------------|----------|----------|
| Declaração de valores e princípios relacionados com a ética | 3 | 25 |
| Definição de condutas permitidas e proibidas | 3 | 25 |
| Proibição de práticas de fraude e corrupção | 3 | 25 |
| Previsão de medidas disciplinares para descumprimento de normas | 3 | 25 |

Tabela 3 - Código de ética

No tocante a documentos que compõem o código de ética ou conduta existente as respostas deixam de ser concretas, pois, como se averigua na tabela 3 dividiu-se entre todas as opções, isto é, 25% das respostas dizem que existe uma declaração de valores e princípios relacionados com a ética e a integridade, o mesmo percentual para uma definição de condutas permitidas e proibidas, o mesmo para proibição de práticas de fraude e corrupção e para previsão de medidas disciplinares para descumprimento de normas éticas, inclusive do código de ética ou conduta. Tendo a visão de que 29% deixaram de responder por não possuir conhecimento e os 71% dos respondentes se dividiram não se tem um dado concreto.

Em relação ao documento de conduta ou ética ser abrangente a terceiros, como fornecedores, prestadores de serviços ou agentes intermediários exprimiu-se das respostas não num percentual de 20%, sim num total de 40% e desconhecimento de 40%, sendo que dois agentes públicos não responderam.

| A CONDUTA ÉTICA DO FUNCIONÁRIO DEVE SER ORIENTADA: | N | % |
|-------------------------------------------------------------|----------|----------|
| Por programas institucionais | 0 | 0 |
| Por valores e princípios pessoais apenas | 0 | 0 |
| Por programas institucionais, valores e princípios pessoais | 7 | 100 |
| Outros | 0 | 0 |

Tabela 4 – Conduta ética do funcionário

De acordo com a tabela 4 em relação à conduta ética a ser seguida pelos funcionários em suas atividades deve ser orientada por programas institucionais e valores pessoais para 100% dos respondentes, deixando de lado somente programas institucionais ou somente valores e princípios pessoais, fato que demonstra haver um entendimento pleno de que se devem conjugar ambos.

Quando questionados se existe treinamento ou capacitação regular para agentes públicos no ambiente ético, 71% responderam que não e 29% responderam que sim; ainda nesta linha de raciocínio foram questionados se existem canais estabelecidos para agentes públicos realizarem consultas e receberem orientações sobre a aplicação de normas de conduta ética em situações específicas, 29% responderam que não, 29% que sim e 43% não possuíam conhecimento. Na primeira questão aponta-se que dois responderam diferente dos



outros, pode isto ter ocorrido por falta de conhecimento da não existência ou algum outro fator, e na segunda questão não se alcança concretamente uma resposta.

Perguntados se existe algum mecanismo de proteção para os que denunciam transgressões às normas de conduta e os responsáveis pelas apurações, 14% responderam que não, 14% que sim e 71% desconhecem, demonstrando uma falta de conhecimento geral sobre o assunto abordado. Finalizando a questão de ética profissional, foram indagados se existe observância das normas de conduta, onde 14% disseram que sim e 86% apresentaram desconhecimento, podendo isto representar a não existência da observância por falta de conhecimento interno ou a observância sigilosa.

No tangente aos processos de licitações, os respondentes foram indagados se existem orientações e regras voltadas à participação em processos licitatórios e acompanhamento de contratos administrativos que visem prevenir fraudes e atos ilícitos, onde 100% responderam que sim, ficando de acordo com a lei 8.666 das licitações que prevê a não existência de fraude e ilícito em licitações. Foi ainda abordado se existem regras sobre a realização de verificações previamente à contratação de fornecedores e prestadores, buscando identificar condutas antiéticas, e o resultado foi unânime de que existe tal verificação.

| EXISTEM CASOS DE NÃO CONTRATAÇÃO POR HISTÓRICO ILÍCITO: | N | % |
|----------------------------------------------------------------|----------|----------|
| Não | 2 | 29 |
| Sim | 3 | 43 |
| Desconhece | 2 | 29 |

Tabela 5 – Histórico de fornecedores/prestadores de serviços

De acordo com a tabela 5 quando perguntados se já houve algum caso de possível fornecedor/prestador/agente deixar de ser contratado ou ser dispensado por informações reveladas no procedimento de verificação, 43% apontaram que sim, 29% que não e 29% desconheciam, portanto observa-se que de acordo com os respondentes de sim (43%) é eficaz a verificação dos antecedentes de terceiros.

Indagados se o contrato de licitações prevê cumprimento de normas éticas e se é vedada a prática de corrupção, 100% apontou que sim, então se considera que os contratos possuem tais termos para lidar com questões éticas. Com relação à pergunta anterior foram questionados se há previsão de penalidade ou rescisão contratual em caso de não cumprimento de normas e por unanimidade os respondentes indicaram que sim, demonstrando total conhecimento das cláusulas de lisura e ética dos contratos de licitações.

| O PROCEDIMENTO DE SELEÇÃO REALIZADO É: | N | % |
|----------------------------------------------------------------|----------|----------|
| Apenas o descrito na legislação | 3 | 50 |
| Existem verificações adicionais ao obrigatório pela legislação | 3 | 50 |

Tabela 6 – Procedimento de seleção



Por fim, dos 7 respondentes, 6 responderam a indagação da tabela 6 que perguntava se, para fins de seleção de fornecedores/prestadores/agentes o procedimento existente é somente o descrito na legislação ou existiam verificações a mais, não foi alcançada uma resposta satisfatória porque os respondentes ficaram divididos entre as duas opções, podendo ser por falta de conhecimento.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Alcançou-se a verificação da percepção dos agentes públicos respondentes em relação às práticas institucionais do município averiguado e das empresas que participam de licitações com o mesmo, atingindo-se então o objetivo principal desta pesquisa. Permitiu-se também uma compreensão e análise do pensamento dos servidores públicos em relação à importância da ética no seu sentido pessoal, institucional e geral, sua função e aplicabilidade no ambiente público. Observou-se ainda, forte percepção e entendimento dos servidores sobre o conceito de ética sendo expresso como um conjunto de princípios e valores, e a utilização de seu emprego fundamentada em princípios e valores pessoais, familiares e religiosos.

Atentando para a conduta que o agente precisa empregar em suas ações enquanto funcionário público, foi evidenciado que esta deve ser embasada em programas institucionais, valores e princípios pessoais, de acordo com o que é esperado eticamente. Relacionando a ética ao ambiente interno da prefeitura em conformidade com as respostas obtidas, não foi possível averiguar com firmeza a existência de algum ou qualquer documento que respalde princípios, condutas, práticas ou disciplinas associadas à ética, logo inexistente um programa institucional que oriente o comportamento no trato da coisa pública.

Analisando ainda o comportamento interno da prefeitura, foi observado que, adotando o entendimento da maioria dos respondentes, o órgão executivo não fornece um treinamento sobre ética ou meio de consulta com informações relacionadas à ética. Quando questionados sobre os meios de denúncia, de proteção ao denunciante e a observação da conduta dos funcionários, obteve-se compreensão da não existência, ou utilidade dos mesmos.

Quando observada a visão que os agentes públicos possuem sobre as empresas que participam de licitações, se obteve questão concreta sobre a existência de orientações e regras para participação de licitações, e não participação em licitação por parte de empresas com histórico ilícito, ficando de acordo com o expresso na lei das licitações. Durante as licitações ainda, os respondentes afirmam que é terminante a existência de artigo que determine cumprimento de normas éticas, havendo ainda punição para o não cumprimento. No tangente aos procedimentos que existem para realização de licitações com empresas, quando questionados sobre quais procedimentos existiam, as respostas obtidas não foram satisfatórias, pois metade afirma que o existente seria somente o que está na legislação, enquanto a outra metade afirmou que os procedimentos existentes vão além das normas descritas na legislação.

Por fim, dado o que foi observado, mostrou-se que o setor da prefeitura se mostra fraco quando seu objeto é a aplicação e observância de normas e condutas éticas, por não possuir ou não divulgar para seus funcionários e terceiros, instrumentos de disseminação da



ética e de repúdio a atos ilícitos. Porém isto se mostra diferente quando analisada a relação da prefeitura com empresas licitantes, eventualmente pela rigidez de licitações estarem expressa e ser de prática obrigatória para a prefeitura. Torna-se necessária uma análise mais profunda da relação da rigidez ética com normas expressas em lei, ou até mesmo do porque não empregar a ética se não há previsão legal, o que se entende como sendo oportuno para futuras pesquisas que avancem este estudo e aprofundem aspectos aqui não verificados.

REFERÊNCIAS

- Antunes, M. T. P. (2012). *Ética*, São Paulo, Pearson.
- Arruda, W. R. (2003). *Fundamentos da Ética Empresarial e Econômica*, 2.ed., São Paulo, Atlas.
- Brasil. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal.
- Brasil. (1994). Decreto nº 1.171, de 22 de junho de.
- Brasil. (1990). Lei 8.112, de 11 de dezembro de.
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*, 6.ed., São Paulo, Atlas.
- Lisboa, L. P. (1996). *Ética Geral e Profissional em Contabilidade*, São Paulo, Atlas.
- Marconi; E. M.; Lakatos, M. A. (2003). *Fundamentos de metodologia científica*, 5.ed., São Paulo, Atlas.
- Matos, F. G. de. (2008). *Ética na gestão Empresarial*, São Paulo, Saraiva.
- Moreira, J. M. (2002). *A Ética Empresarial no Brasil*, 2.ed., São Paulo, Pioneira.
- Passos, E. (2008). *Ética nas Organizações*, São Paulo, Atlas.
- Prodanov; C. C.; Freitas, E. C. (2013). *Metodologia do trabalho científico*, 2.ed., Novo Hamburgo, Feevale.
- Sá A. L. de. (2005). *Ética Profissional*, 6.ed., São Paulo, Atlas.
- Silva, A. C. R. da. (2003). *Metodologia da pesquisa aplicada a contabilidade*, São Paulo, Atlas.
- Silva, E. L. da; Menezes, E. M. (2001). *Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação*, 3.ed., Florianópolis, UFSC/PPGEP/LED.
- Srour, R. H. (2011). *Casos de Ética Empresarial*, Rio de Janeiro, Elsevier.



Sung, J.; Silva, J. C. da. (2002). Conversando sobre ética e sociedade, 11.ed., Petrópolis, Editora Vozes.

Vergara, S. C. (1998). Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração, 2.ed., São Paulo, Atlas.